

2. ENTREVISTA

2.1 Jarbas Soares Júnior

Jarbas Soares Júnior é um dos nomes mais influentes do Ministério Público brasileiro. Detentor de um histórico profissional impecável, foi procurador-geral de Justiça no MPMG por dois mandatos consecutivos, e, atualmente, é presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa), além de presidente da Comissão Permanente de Assuntos Legislativos e de Defesa das Prerrogativas Institucionais do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. No âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG, é o coordenador da Secretaria Especial de Planejamento Estratégico (Sepe).

Nesta entrevista, iremos saber um pouco da sua história, os primeiros contatos com o Direito, a sua caminhada profissional, os grandes projetos implantados à frente do MPMG e os planos institucionais para os próximos anos.

Fotos: Alex Lanza

MPMG JURÍDICO: Na sua opinião, o que um Ceaf forte representa para a Instituição?

JARBAS SOARES JÚNIOR: No Ministério Público, que tem como matéria-prima principal o conhecimento jurídico, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional torna-se o cérebro da Instituição – o órgão principal de capacitação, informação e atualização dos membros e servidores. Assumi a Procuradoria-Geral de Justiça com essa visão e destinei grandes investimentos para equipar adequadamente o Centro de Estudos, que hoje tem uma estrutura própria invejável, com plenas condições de desenvolver a área do conhecimento. Resumindo em uma única expressão: o Ceaf é o cérebro da Instituição.

MPMG JUR: Como se deu o seu primeiro contato com o Ministério Público e, mais tarde, o seu ingresso na Instituição?

JSJ: Passei a infância em São Francisco, no norte de Minas, e me lembro dos promotores de Justiça que visitavam minha casa, pois o meu pai exerceu uma função na

época conhecida como adjunto de promotor de Justiça. Tenho um tio que foi promotor de Justiça em Minas Gerais. Ele foi o segundo colocado no seu concurso, na década de 50. Esses foram os primeiros contatos que tive com o Ministério Público. Depois fui morar em Brasília e, quando resolvi estudar Direito, optei por fazer o curso em Belo Horizonte, onde tive, entre meus professores, o procurador de Justiça Joaquim Cabral Neto, que já era então um grande nome nacional. Ele falava muito do MP na sala de aula, e aquilo foi me despertando para a Instituição.

Tentei fazer estágio no Ministério Público, mas não consegui, e acabei estagiando na Defensoria Pública, uma grande escola. Na época, houve até um encaminhamento para que eu fosse contratado pela Defensoria, mas eu havia me despertado para o MP. Depois de formado, meu professor de Direito Constitucional, o procurador da República José Carlos Pimenta, assumiu a chefia de MPF em Minas e me convidou para ser seu chefe de gabinete. Naquele instante, abriram-se as inscrições para o XXV Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público e eu me inscrevi nele. Fui nomeado promotor de Justiça e, em menos de um ano depois de formado, já estava na Comarca de Januária, no norte de Minas. Lá eu conheci o verdadeiro Ministério Público.

MPMG JUR: O que mudou na sua carreira profissional após os quatro anos como procurador-geral de Justiça (biênios 2005/2006 e 2007/2008)?

JSJ: Após essa experiência, eu me tornei uma outra pessoa, completamente melhorada no sentido profissional, institucional, pessoal e humano. Como procurador-geral de Justiça, tem-se uma visão diferente do mundo, das coisas do Estado, das relações pessoais, do papel e da importância da Instituição. Acredito que todos os membros do MP deveriam passar por uma experiência na administração. Isso lhes proporcionaria uma visão macro da Instituição, o que ela representa e como está inserida no contexto sociopolítico. O Ministério Público ainda está em processo de construção e de afirmação de seus princípios, valores e doutrina, mas possui uma representação política e social extraordinária. Quem passar pelo cargo de procurador-geral de Justiça nunca mais será o mesmo.

MPMG JUR: Ao longo de sua carreira, o senhor foi responsável pela implantação de projetos institucionais de extrema relevância (ou para ela cooperou): o sistema de divisão de atribuições ministeriais por bacias hidrográficas, a ampliação da estrutura física do

O planejamento estratégico é uma necessidade das instituições públicas e privadas para que otimizem os seus recursos e ações em busca de uma finalidade a curto, médio e longo prazo.

Ministério Público na capital e no interior, o sistema de audiências públicas, o projeto de publicações científicas (revistas jurídicas e *Manual de Atuação Funcional*), provimento de várias comarcas em regiões pobres de Minas, fortalecimento das prerrogativas institucionais dos membros do MPMG, ajuizamento de ações judiciais e outras medidas extrajudiciais na defesa da sociedade etc. Resumidamente, conte-nos um pouco sobre esses dois biênios na Procuradoria-Geral de Justiça. Quais foram os principais valores e princípios que o senhor buscou solidificar na Instituição?

JSJ: Quando me candidatei ao cargo de procurador-geral de Justiça, eu tinha a noção exata de para qual direção eu deveria conduzir o Ministério Público. Apresentei os princípios da gestão à classe ainda como candidato e, depois, executei firmemente aquilo que propus. Eu parti de alguns pressupostos, e a primeira premissa foi a de que a Instituição é muito maior do que as pessoas e que eu, no momento, era apenas um instrumento para dar prosseguimento à sua trajetória. Em segundo lugar, sabia que caberia a mim e aos meus colegas de gestão dar sequência ao que tinha sido feito de bom nas gestões anteriores. Administrar um Ministério Público em construção é como uma corrida de revezamento 4x4: você pega o bastão, faz sua parte e, depois, passa para outro. Desde o começo, eu tinha a visão de que cabia a mim e à minha equipe realizar uma etapa da história do MP.

MPMG JUR: O que mais foi significativo?

JSJ: Trabalhamos com critérios objetivos, respeitamos as divergências que existem, com uma paciência além da que eu pudesse imaginar que tivesse, ciente de que os interesses da Instituição eram superiores aos meus. Sabia que tinha de agregar valor a tudo que estava sendo feito e que teria de inovar, principalmente, por se tratar do MP de Minas Gerais, um estado de importância histórica extraordinária, de grande relevância econômica e política.

Como administrador, eu tive esses parâmetros e, como membro do MP, eu sabia que era importante fortalecer os órgãos de defesa da cidadania já criados. Também busquei estimular a especialização de outros órgãos, como a Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural, uma área que necessitava de uma referência mais forte em Minas Gerais, berço da cidadania brasileira. Tínhamos de fortalecer a atuação do MP como órgão agente e manter forte a sua ação nas áreas tradicionais: os de órgãos de persecução penal e os de fiscal da lei na área cível.

Procurei fazer uma administração democrática, com foco nas prioridades que estabelecemos e, no final, acho, o resultado foi positivo.

MPMG JUR: O senhor estabeleceu prioridades, o Projeto Sedes Próprias, por exemplo?

JSJ: Em quatro anos, não conseguiríamos avançar em todos os pontos; portanto era preciso estabelecer prioridades e aí chegar até o final, mas sem achar que tínhamos de resolver todos os problemas. Um ponto que achei prioritário era o de construir sedes próprias dos órgãos do MP, pois a PGJ gastava muito dinheiro com o aluguel de imóveis que não ofereciam condições apropriadas para o trabalho de membros e servidores. O Ministério Público precisa de sua identidade. Essa foi uma de



nossas prioridades e fizemos todos os encaminhamentos para solucionar o problema.

MPMG JUR: O senhor é presidente da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente. Quais têm sido as principais causas abraçadas pela Abrampa e quais os principais trabalhos realizados por essa associação?

JSJ: Eu tive o privilégio e o desafio de ser presidente da Abrampa paralelamente ao exercício do cargo de procurador-geral de Justiça. Fui eleito presidente da Abrampa em abril de 2003 e assumi a PGJ em dezembro de 2004. Somos uma associação temática do MP, talvez a mais estruturada e com maiores conquistas. Eu tinha de dar continuidade ao trabalho que havia sido feito por meus antecessores na Abrampa. Apesar do acúmulo de atribuições como PGJ, a entidade não deixou de exercer seu papel e se fortalecer, evidentemente, pelo apoio dos meus colegas de Minas e de todo o Brasil.

MPMG JUR: Quais os principais avanços?

JSJ: Os principais e iniciais objetivos da Abrampa eram o de criar a cultura do promotor de Justiça do meio ambiente no Ministério Público brasileiro, fomentar a criação de promotorias de Justiça de meio ambiente em todo Brasil e integrar os MPs Federal, do Trabalho e dos Estados, tanto que a minha vice, Sandra Cureau, é subprocuradora-geral da República. A

entidade também tinha como objetivo inicial manter seus membros em constante aperfeiçoamento. Isso se fez por meio de grupos de estudos e de eventos.

Uma de nossas metas também alcançadas foi trazer o Judiciário para essa discussão. Portanto, membros dos Tribunais de Justiça Estaduais, dos Tribunais Federais, do STJ e até do STF sempre participam dos nossos eventos. Com isso, conseguimos, ao longo desses anos, inculir no MP e também no Judiciário essa vertente ambiental das nossas funções. Minas Gerais, por exemplo, tem hoje o Tribunal de Justiça mais avançado na questão ambiental do país. Essa situação se deve ao grande entrosamento do MPMG, da Abrampa e do Poder Judiciário de Minas. É um motivo de orgulho muito grande para nós.

MPMG JUR: Como tem sido a experiência como presidente da Comissão Permanente de Assuntos Legislativos e de Defesa das Prerrogativas Institucionais do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União? Quais são as conquistas e os desafios?

JSJ: Eu fiz parte do CNPG por quatro anos como procurador-geral de Justiça e, até agora, nunca havia sido feito um trabalho sistemático de acompanhamento legislativo e institucional. Numa das minhas últimas reuniões como PGJ, em Fortaleza, os procuradores-gerais de Justiça criaram essa comissão e me indicaram para presidente. Levei um susto naquele momento, mas aceitei o desafio. É mesmo um grande desafio para todos nós, pois estamos fazendo e aprendendo ao mesmo tempo. E não é fácil, pois a atividade de acompanhamento legislativo e de defesa de prerrogativas não se dá somente no Congresso Nacional mas também nos Tribunais Superiores, no Ministério da Justiça, na Casa Civil e na Presidência da República. Atuamos em sintonia com as entidades de classe como a Conamp, a ANPR e a Procuradoria-Geral da República.

É um trabalho muito penoso para quem está na direção de entidades ou órgãos do Ministério Público, pois enfrentamos resistências. Além disso, não fomos criados para essa função política. No entanto, não temos alternativa: temos de ir para essa frente de batalha, pois há perigo de grande retrocesso institucional.

MPMG JUR: O que tem sido feito?

JSJ: A grande vantagem da criação da Comissão foi a descoberta do tamanho do rombo na esfera das prerrogativas e atribuições da Instituição advindo de várias iniciativas conduzidas para esse fim. A situação hoje, especialmente no Congresso Nacional, motivadamente ou não, é muito negativa para o Ministério Público.

A criação desse órgão foi importante

O Ministério Público ainda está em processo de construção e de afirmação de seus princípios, valores e doutrina, mas possui uma representação política e social extraordinária. Quem passar pela carga de procurador-geral de Justiça nunca mais será o mesmo.

porque mostrou ao MP que nós temos de justificar socialmente as conquistas que tivemos nesses anos e, principalmente, impedir que haja retrocessos. E também que não podemos nos descuidar das instâncias políticas da República, Legislativo, Executivo e Judiciário. As coisas já começaram a mudar.

MPMG JUR: No âmbito do Ministério Público mineiro, o senhor é o coordenador da Secretaria de Planejamento Estratégico. Quais os principais desafios e diretrizes desse órgão?

JSJ: O planejamento estratégico é uma necessidade das instituições públicas e privadas para que otimizem os seus recursos e as ações em busca de uma finalidade a curto, médio e longo prazo. O procurador-geral de Justiça, Alceu José Torres Marques, teve a sensibilidade de dar a essa ferramenta o *status* de uma secretaria ligada ao seu gabinete. A intenção foi priorizar os recursos e também nortear a atuação da Instituição, dentro de um processo democrático, envolvendo todas as instâncias.

É fundamental que o MPMG tenha um planejamento estratégico. Neste primeiro ano de trabalho, tivemos discussões e estudamos tudo o que está sendo feito no Brasil e no mundo, especialmente nos MPs. Definimos o modelo do que queremos implantar, as fases e os caminhos que nos levarão a esse planejamento.

Superadas as fases administrativas, o grande desafio que temos agora é implementar uma nova cultura entre membros e servidores. Vamos trabalhar em todas as áreas da Instituição e é essencial que haja interação de todos. A nossa expectativa é de que o planejamento estratégico não seja apenas um documento, e sim um compromisso de todos buscando a finalidade do MP: a prestação eficiente de serviços à população.

MPMG JUR: O senhor implantou e estruturou o Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Qual é a importância do memorial para o resgate da história institucional e para a preservação da identidade do Ministério Público?

JSJ: Há uma frase que diz o seguinte: “Quem não valoriza o passado não conhece o presente e não saberá planejar o futuro”. Não vou dizer que o MPMG não valoriza o passado, mas temos de ter consciência de que tudo o que as novas gerações desfrutam hoje foi feito por nossos colegas no passado. Somos uma instituição que se foi construindo tijolo por tijolo, a qual tem uma história que deve ser respeitada. Portanto, há a necessidade de resgatar o patrimônio cultural do MPE, e o memorial é o espaço físico para acolher os objetos, os documentos, a história oral e as lembranças, além de registrar o que está sendo feito hoje. Ao resgatar essa memória, a Instituição se fortalece mais ainda.

Quando alguém visita o memorial e vê que o MP teve em seus quadros pessoas ilustres da República e do Estado, passa a valorizar ainda mais a nossa história, que é muito rica. O Memorial do MP não é apenas uma obra arquitetônica ou de contemplação, mas de reflexão.

Lembro-me de que, como procurador-geral de Justiça, eu tinha o dever de entrevistar os candidatos a promotor de Justiça e sempre o fazia ao lado dos retratos dos ex-procuradores-gerais, que revelam uma história centenária.

A intenção era mostrar que compete às novas gerações dar seguimento à obra iniciada no passado.

MPMG JUR: Quais os próximos objetivos profissionais que o senhor pretende alcançar e consolidar em sua carreira?

JSJ: Como eu, muitos procuradores-gerais de Justiça chegaram à chefia da Instituição ainda novos e com uma grande parte de sua trajetória ainda pela frente. Assim, o MP passa a ter um quadro de ex-procuradores-gerais com uma experiência riquíssima, que podem contribuir para o desenvolvimento da Instituição. Como procurador-geral, sempre consultei os colegas que me antecederam na hora de tomar as decisões mais importantes.

Minha expectativa é de continuar ajudando o Ministério Público a crescer e se fortalecer, exercendo as funções que me forem atribuídas. Tenho absoluta convicção de que, em poucos anos, o MP será a grande instituição do Estado e da sociedade. Se nós todos não enxergarmos isso, podemos nos tornar uma instituição qualquer. Portanto, os meus projetos são voltados para contribuir com a Instituição, dentro das minhas limitações e com a experiência de quem já exerceu o cargo de procurador-geral de Justiça, trabalhando para que o MP seja forte e respeitado; e o de Minas Gerais, o melhor do Brasil.

